

E-nova Geração Distribuída S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025**

E-nova Geração Distribuída S.A.

Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	8
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	8
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	18
6	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO A RECUPERAR	18
7	PARTES RELACIONADAS	18
8	IMOBILIZADO	19
9	FORNECEDORES	20
10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES	21
12	PROVISÕES PARA RISCOS JUDICIAIS.....	22
13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
14	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	23
15	CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS	24
16	RESULTADO FINANCEIRO.....	24
17	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	25
18	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	28
19	COMPROMISSOS FUTUROS	28

E-nova Geração Distribuída S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.147	7.862	Fornecedores	9	3.323	4.064
Contas a receber de clientes	5	7.292	2.840	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		585	804
Almoxarifado		4.804	7.282	Empréstimos e financiamentos	10	-	34
Serviços pedidos		873	23	Impostos e contribuições a recolher		483	-
Impostos e contribuições a recuperar		28	13	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		3	56
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	6	6.342	6.705	Passivo de arrendamento	18	563	497
Outros créditos a receber		396	1.323	Participação nos lucros		822	2.539
Total do ativo circulante		25.882	26.048	Receita diferida		209	3.948
Não circulante				Outras contas a pagar		2.084	121
Imobilizado	8	127.223	114.914	Total do passivo circulante		8.072	12.063
Intangível		2.092	2.055	Não circulante			
Direito de uso		7.461	7.674	Empréstimos e financiamentos	10	-	242
Total do ativo não circulante		136.776	124.643	Provisão para riscos judiciais	12	643	177
				Passivo de arrendamento	18	7.393	7.483
				Total do passivo não circulante		8.036	7.902
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12.1	206.132	199.049
				Prejuízos acumulados		(69.006)	(68.323)
				Reserva de capital		9.424	-
				Total do patrimônio líquido		146.550	130.726
Total do ativo		162.658	150.691	Total do passivo e patrimônio líquido		162.658	150.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

E-nova Geração Distribuída S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	13	24.530	26.949
Custo dos serviços prestados	14	(5.908)	(20.098)
Lucro bruto		18.622	6.851
Despesas com vendas		(159)	(225)
Despesas gerais e administrativas	14	(17.582)	(15.165)
Outras despesas operacionais, líquidas	14	(1.960)	(5.811)
Total de despesas operacionais		(19.701)	(21.201)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(1.079)	(14.350)
Receitas financeiras	15	1.113	34.669
Despesas financeiras	15	(687)	(51.096)
Resultado financeiro		426	(16.427)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(653)	(30.777)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(30)	(61)
Impostos sobre o lucro		(30)	(61)
Lucro líquido do exercício		(683)	(30.838)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

E-nova Geração Distribuída S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(683)	(30.838)
Total resultados abrangentes	(683)	(30.838)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

E-nova Geração Distribuída S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)



	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		9.021	-	-	37.485	28.464
Aumento de capital		190.028	-	-	-	190.028
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(30.838)	(30.838)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		199.049	-	-	68.323	130.726
Aumento de capital		7.083	-	-	-	7.083
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting Period</i>		-	9.424	-	-	9.424
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(683)	(683)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		206.132	9.424	-	69.006	146.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

E-nova Geração Distribuída S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(683)	(30.838)
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	10.020	5.121
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-
Baixas do ativo imobilizado	791	480
Resultado de instrumentos financeiros	-	(938)
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas	(549)	44.245
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	61
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting Period</i>	9.424	-
Participação nos lucros	447	447
Rendimentos de aplicações financeiras	-	(184)
Subtotal	19.480	18.394
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(4.452)	540
Almoxarifado	2.478	(154)
Impostos e contribuições a recuperar	(15)	46
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	363	(5.328)
Outros créditos a receber	927	2.082
Serviços em curso	(850)	(23)
Fornecedores	(741)	(11.199)
Impostos e contribuições a recolher	483	(663)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(83)	(760)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(219)	(1.006)
Participação nos lucros	(2.164)	1.269
Provisão pra riscos judiciais	466	177
Outras contas a pagar	(1.776)	(12.599)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de operacionais	(5.583)	(27.618)
Rendimentos de aplicações financeiras	-	184
Juros pagos	543	(10.657)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	14.440	(19.697)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Integralização de capital	7.083	190.028
Aquisições no ativo imobilizado	(22.413)	(11.811)
Adição de ativo intangível	(37)	(1.318)
Aplicações financeiras	-	4.550
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(15.367)	181.449
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	155.198
Amortização de empréstimos e financiamentos	(270)	(310.086)
Amortização de passivos de arrendamento	(518)	(456)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(788)	(155.344)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.715)	6.408
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.862	1.454
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.147	7.862
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.715)	6.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A E-nova Geração Distribuída S.A. ("Companhia" ou "E-nova"), constituída em 16 de julho de 2013, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que tem por objeto a prestação de serviços de instalação e manutenção elétrica, comércio de equipamentos para sistemas de energia solar, consultoria e aluguel de usinas. A Companhia é controlada pela Equatorial Serviços S.A que detém 100% de participação e tem por controladora final a Equatorial S.A.

1.1 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

1.2 Incorporação da Equatorial Geração Distribuída SPE S.A na E-Nova Geração Distribuída S.A.

Em 11 de junho de 2025, foi aprovada a incorporação da 1.1 E-Nova Geração Distribuída S.A. (Equatorial GD) pela E-Nova Geração Distribuída S.A. (E-nova). Dessa forma, o patrimônio líquido da Equatorial GD foi totalmente incorporado na E-nova, com a sucessão, a título universal e sem solução de continuidade, de todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais, com a consequente extinção da Equatorial GD.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de abril de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contas	Notas explicativas	Descrição
Imobilizado	nº 8	Cálculo da depreciação do imobilizado.
Provisão para riscos judiciais	17	Reconhecimento de provisões para cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda)
Instrumentos financeiros	nº 16.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

2.2.1 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC 46 -

Mensuração do valor justo , incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18.3 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) a Companhia satisfaz as obrigações de performance ao transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, **conforme estabelecido no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle desse ativo.

A Companhia transfere o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de performance e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Companhia à medida que efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da Companhia cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou (c) o desempenho por parte da Companhia não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia e a Companhia possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando da sua execução. A Companhia executa os seguintes tipos de serviço:

- (i) Os serviços de instalação e manutenção elétrica; e
- (ii) O comércio varejista e locação de equipamentos para sistemas de energia solar.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Instrumentos financeiros

3.5.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.5.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment*

Instrumentos de dívida a VJORA	de são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.5.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Capital social

3.6.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.7.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece estimativas para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 16.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros para maiores detalhes.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

3.7.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização.

3.7.3 Ativos não financeiros

A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.8.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.8.2 Normas emitidas com vigência a partir de 01/01/2026:

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis.	01/01/2027

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	169	480
Equivalentes de caixa		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	5.978	7.382
Total	6.147	7.862

5 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Serviços prestados (a)	7.292	2.840
Total	7.292	2.840

(a) As contas são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal, que geralmente se refere a venda e instalação de equipamento fotovoltaicos e aluguel de usinas.

6 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Circulante		
IRRF a recuperar	950	6.664
IR s/ aplicação financeira	98	30
IRPJ a restituir	5.291	10
Provisão IR s/ aplicação financeira	3	1
Total circulante	6.342	6.705

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas decorrente de contas a receber, com as empresas descritas abaixo:

Notas	2025		2024		
	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	388	421	781
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	1
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	21	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	34	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A.	(a)	-	-	-	337
Associação Equatorial para Assinatura de Energia	(b)	3.074	15.079	631.557	-
Companhia de Saneamento do Amapá	(b)	266	1.870	486	1.742
Echoenergia Crescimento S.A.	(a)	58	-	-	-
Total		3.398	17.392	632.464	2.861
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Telecomunicações S.A.	(c)	(101)	(101)	-	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	-	(148)	(8)	(98)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	(211)	(192)	(201)
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A.	(e)	-	(205)	(51)	(194)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	(8)	(2)	(8)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	(21)	(5)	(20)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	(91)	(20)	(61)
Total		(101)	(785)	(278)	(582)

E-nova Geração Distribuída S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Passivo de arrendamento

Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(1.095)	-	(1.178)	-
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(642)	-	(630)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A.	(f)	(500)	-	(619)	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(20)	-	(25)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(51)	-	(66)	-
Total		(2.308)	-	(2.518)	-

- (a) Os valores são provenientes a venda de material para custeio;
- (b) Os valores são provenientes do aluguel de usinas
- (c) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) O valor é proveniente do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Piauí, Maranhão, Amapá, Para e Alagoas; e
- (f) O saldo é referente ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendatária.

7.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o pessoal-chave da Administração conta com 05 membros na Diretoria Executiva.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias

Os empréstimos da Companhia contavam com aval e/ou fiança do controlador indireto, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

8 Imobilizado

O imobilizado está constituído conforme a seguir demonstrado:

Imobilizado	2025			2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	511	(131)	380	400
Máquinas e equipamentos	90.304	(13.429)	76.875	74.868
Móveis e utensílios	212	(56)	156	177
Veículos	299	(268)	31	1.081
Imobilizado em andamento	49.781	-	49.781	38.388
Total	141.107	(13.884)	127.223	114.914

8.1 Movimentação do imobilizado

Custo do imobilizado	2024	Adições	Baixas	2025
Edificações, obras civis e benfeitorias	511	-	-	511
Máquinas e equipamentos	79.439	11.020	(155)	90.304
Móveis e utensílios	212	-	-	212
Veículos	2.098	-	(1.799)	299
Imobilizado em andamento	38.388	11.393	-	49.781
Total do custo de imobilizado	120.648	22.413	(1.954)	141.107
Depreciação acumulada				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(111)	(20)	-	(131)
Máquinas e equipamentos	(4.571)	(8.911)	53	(13.429)
Móveis e utensílios	(35)	(21)	-	(56)
Veículos	(1.017)	(361)	1.110	(268)
Total da depreciação	(5.734)	(9.313)	1.163	(13.884)
Total do imobilizado	114.914	13.100	(791)	127.223

Custo do imobilizado	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	522	-	-	(11)	511
Máquinas e equipamentos	2.295	-	-	77.144	79.439
Móveis e utensílios	217	-	-	(5)	212
Veículos	1.905	193	-	-	2.098
Equipamentos de processamento de dados	1.404	-	-	(1.404)	-
Imobilizado em andamento	103.045	11.618	(551)	(75.724)	38.388
Total do custo de imobilizado	109.388	11.811	(551)	-	120.648
Depreciação acumulada					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(96)	(20)	-	5	(111)
Máquinas e equipamentos	(239)	(3.999)	62	(395)	(4.571)
Móveis e utensílios	(28)	(16)	9	-	(35)
Veículos	(601)	(416)	-	-	(1.017)
Equipamentos de processamento de dados	(390)	-	-	390	-
Total da depreciação	(1.354)	(4.451)	71	-	(5.734)
Total do imobilizado	108.034	7.360	(480)	-	114.914

9 Fornecedores

	2025	2024
Materiais e serviços (a)	3.323	4.064
Total fornecedores	3.323	4.064

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia.

10 Empréstimos e financiamentos

10.1 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	34	242	276
Encargos	9	-	9
Transferências	242	(242)	-
Amortizações de principal	(270)	-	(270)
Pagamentos de juros	(15)	-	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

	Moeda nacional		Moeda Estrangeira	Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35	270	121.271	121.576
Ingressos	23.198	-	132.000	155.198
Encargos	932	-	10.051	10.983
Variação monetária e cambial	-	-	33.827	33.827
Transferências	28	(28)	-	-
Amortizações de principal	(23.226)	-	(286.860)	(310.086)
Pagamentos de juros	(933)	-	(10.289)	(11.222)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	34	242	-	276

11 Impostos de renda e contribuição social correntes

11.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	(653)	(653)	(30.777)	(30.777)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	163	59	7.694	2.770
Ajuste que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	10	82	63	23
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(143)	(141)	(7.757)	(2.793)
IRPJ e CSLL de anos anteriores	-	-	45	16
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	30	-	45	16
Alíquota efetiva	4,59%	0,00%	0,15%	0,05%

12 Provisões para riscos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	<u>2025</u> <u>Provisão</u>	<u>2024</u> <u>Provisão</u>
Cíveis	200	141
Trabalhistas	443	36
Total	643	177
Circulante	-	-
Não circulante	643	177

12.1 Movimentação dos processos no exercício

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilização</u>	<u>Reversão de provisão</u>	<u>Atualização</u>	<u>2025</u>
Cíveis	141	28	-	-	31	200
Trabalhistas	36	1.139	(594)	(180)	42	443
Total	177	1.167	(594)	(180)	74	644

(a) Cíveis

A Companhia é parte (polo passivo) em 8 ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões cíveis com risco provável. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante de R\$ 200 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2024).

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se um processo que está fase de cumprimento de sentença, que condenou o cumprimento de obrigações de fazer e de pagar, determinando a obrigação de refaturar as contas de energia e restituir um déficit de energia, com a previsão de conversão em perdas e danos. Valor contingenciado no montante de R\$76 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2024).

Existem outras 8 ações cíveis com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$112 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em 15 ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas com risco provável. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante de R\$ 443 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2024)

E-nova Geração Distribuída S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação entrante em 2025, cujo objeto principal da ação é o reconhecimento de vínculo de emprego com as empresas e o pagamento das verbas trabalhistas devidas em decorrência do reconhecimento de vínculo de emprego. A sentença reconheceu o vínculo de emprego com a empresa ECOSOL e a responsabilidade subsidiária da Enova e Equatorial Pará. Atualmente o processo está em fase de execução, aguardando as medidas expropriatórias em relação a empresa ECOSOL, havendo risco de redirecionamento da execução para E-nova e Equatorial Pará pela insolvência da 1ª reclamada, valor contingenciado no montante de R\$ 73 em 31 de dezembro de 2025.

Existem outras 4 ações trabalhistas com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 606 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2024).

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 206.132 (202.548 em 31 de dezembro de 2024), dividido em um total de 197.110.546 (cento e noventa e sete milhões, cento e dez mil, quinhentas e quarenta e seis) ações. As ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e integralizadas estão demonstradas a seguir:

Acionista	2025	
	Ações ordinárias	%
Equatorial Serviços S.A.	197.110.546	100%
Total	197.110.546	100%

Acionista	2024	
	Ações ordinárias	%
Equatorial Serviços S.A.	190.027.166	95,47%
Equatorial Geração Distribuída S.A.	9.020.999	4,53%
Total	199.048.165	100%

14 Receita operacional líquida

A conciliação da receita operacional líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2025	2024
Serviços prestados	27.054	29.605
Receita operacional bruta	27.054	29.605
Deduções da receita		
ICMS sobre vendas	-	(3)
PIS e COFINS	(2.498)	(1.455)
ISS	(26)	(61)
Outros	-	(1.137)
Deduções da receita operacional	(2.524)	(2.656)
Receita operacional líquida	24.530	26.949

15 Custos dos serviços e despesas operacionais

	2025				Total
	Custo dos serviços	Despesa com vendas	Despesas administrativas	Outras despesas operacionais	
Pessoal	(2.656)	(153)	(2.488)	-	(5.297)
Material	(341)	(1)	(206)	-	(548)
Serviços de terceiros	(264)	(3)	(2.922)	-	(3.189)
Arrendamentos	(288)	(2)	(86)	-	(376)
Subvenção CCC	(74)	-	-	-	(74)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(986)	-	(986)
Amortização	-	-	(10.479)	-	(10.479)
Outros	(2.285)	-	(415)	(1.960)	(4.660)
Total	(5.908)	(159)	(17.582)	(1.960)	(25.609)

	2024				Total
	Custo dos serviços	Despesa com vendas	Despesas administrativas	Outras despesas operacionais	
Pessoal	(5.579)	(175)	(5.320)	-	(11.074)
Material	(260)	(18)	(345)	-	(623)
Serviços de terceiros	(1.161)	(3)	(3.293)	-	(4.457)
Arrendamentos	(1.293)	(29)	(1.143)	-	(2.465)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(142)	-	(142)
Amortização	(504)	-	(4.617)	-	(5.121)
Outros	(11.301)	-	(305)	(5.811)	(17.417)
Total	(20.098)	(225)	(15.165)	(5.811)	(41.299)

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	345	184
Varição monetária e cambial da dívida (b)	-	4.934
PIS/COFINS sobre receita financeira	(54)	(15)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	29.425
Outras receitas financeiras	822	141
Total de receitas financeiras	1.113	34.669
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(8)	(9.705)
Varição monetária e cambial da dívida (b)	-	(40.038)
Multas regulatórias	(11)	(110)
Juros de direito de uso - IFRS 16	(559)	(565)
Atualização de contingências	(74)	(23)
Outras despesas financeiras	(35)	(655)
Total de despesas financeiras	(687)	(51.096)
Resultado financeiro líquido	426	(16.427)

- (a) A redução das rubricas de encargos da dívida, variação monetária e cambial e operações com instrumentos financeiros no exercício de 2025 decorre do encerramento dos empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 10 – Empréstimos e Financiamentos; e
- (b) Os contratos vigentes foram integralmente liquidados ao longo de 2024, inclusive aqueles denominados em moeda estrangeira, eliminando a exposição cambial e a necessidade de instrumentos de hedge no período seguinte. Dessa forma, em 2025, foram registrados apenas valores residuais relacionados ao fechamento dessas operações, resultando na queda substancial dessas rubricas financeiras.

17 Instrumentos financeiros

17.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

17.2 Norma de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

17.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	6.147	6.147	7.862	7.862
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	7.292	7.292	2.840	2.840
Total do ativo			13.439	13.439	10.702	10.702

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	3.323	3.323	4.064	4.064
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	-	-	276	276
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	7.956	7.956	7.980	7.980
Total do passivo			11.279	11.279	12.320	12.320

17.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte de um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança envidadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com legislação e regulamentação específicas.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 6.147 (R\$ 7.862 em 31 de dezembro de 2024). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating acima AA- e AA+, baseado na agência de rating *Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 11 – Empréstimos e financiamentos.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro,

destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.323	3.323	1.532	1.791	-	-	-
Passivo de arrendamento financeiro	7.956	7.956	91	472	604	1.143	5.646
Subtotal	11.279	11.279	1.623	2.263	604	1.143	5.646
Total	11.279	11.279	1.623	2.263	604	1.143	5.646

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

(c) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

17.5 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

18 Demonstrações dos fluxos de caixa

18.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Reconhecimento inicial de arrendamento	494
Total atividades de financiamento	494

18.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	276	(270)	(15)	-	9	-
Passivo de arrendamento	7.980	(518)	(558)	494	558	7.956
Totais	8.256	(788)	(573)	494	567	7.956

(*) A Companhia classificou juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas.

19 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	<u>Vigência</u>	2026	2027	2028	Após 2029*
Arrendamentos e aluguéis	2026 a 2028	563	604	252	5.974

Diretoria Executiva

Liu Gonçalves de Aquino
Diretor-presidente

Leonardo de Carvalho Machado
Diretor

Raimundo Barretto Bastos
Diretor

Marcelo Lamar Pereira Simão
Diretor

Hélio Reinaldo Rafael Filho
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA-011842/O-3